

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Após o PSD ter questionado o Governo sobre a falta de pagamentos dos honorários devidos aos bombeiros relativamente ao mês de setembro, eis que o Governo, e em particular o Ministério da Administração Interna, persiste no atraso dos pagamentos aos homens e mulheres que integram o Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais (DECIR), não tendo ainda procedido ao pagamento do mês de outubro.

O DECIR 2020 previa a participação no dispositivo de 3852 bombeiros até ao dia 15 de outubro, período esse que foi alargado até dia 31. Assim, estão em dívida aos homens e mulheres que arriscam a vida por nós, cinco milhões novecentos e setenta mil e 600 euros (5.970.600 euros). Como já afirmámos, através dos bombeiros e integrando o DECIR, milhares de portugueses têm dado o seu contributo para garantir a segurança das pessoas e dos seus bens que são constantemente ameaçados pelos incêndios. Muitos deles não são profissionais e outros têm, durante estes meses, este único rendimento. Alguns, são mesmo casais que desempenham esta função e cujo rendimento do agregado familiar depende, neste período, deste compromisso que assumiram com o Estado mas que este não cumpre e não respeita.

Reconhecendo que, após as críticas e exigências feitas pelos Deputados do PSD, pela Liga de Bombeiros Portugueses bem como pela Associação Portuguesa de Bombeiros Voluntários, o Ministro da Administração Interna se comprometeu, na véspera da tomada de posse, a pagar, na segunda-feira imediatamente a seguir, a dívida relativa a Setembro, e cumpriu, a verdade é que nos dias seguintes entrou novamente em incumprimento.

Reiteramos ainda que com esta Pergunta Parlamentar não ignoramos também as restantes dívidas ainda por saldar por parte do Estado para com os bombeiros relativamente aos diferentes reembolsos de despesas feitas durante a época de combate aos fogos, as dívidas do transporte de doentes, do INEM, entre muitas outras. No entanto, os honorários assumem uma relevância e gravidade maior, pois são, muitas das vezes, o único rendimento destes soldados da paz.

Os Deputados que subscrevem esta pergunta exigem a regularização imediata deste caso que afeta milhares de famílias portuguesas.

Assim, os Deputados abaixo assinados, no exercício das suas competências de escrutínio da ação do Governo vêm, deste modo, colocar as seguintes questões a Sua Excelência o Ministro da Administração Interna:

1 - Quando pretende o Governo e a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) pagar os honorários em atraso relativo ao mês de outubro dos bombeiros que integram o DECIR2019?

2 - Qual o montante total em dívida às diferentes instituições que integram o DECIR?

Palácio de São Bento, 18 de novembro de 2019

Deputado(a)s

DUARTE MARQUES(PSD)

MÓNICA QUINTELA(PSD)

CATARINA ROCHA FERREIRA(PSD)

JOSÉ SILVANO(PSD)

ANDRÉ NEVES(PSD)

LINA LOPES(PSD)

PEDRO RODRIGUES(PSD)

SARA MADRUGA DA COSTA(PSD)